



## **Análise do protagonismo feminino no manejo de agroecossistemas e ações sociorganizativas em Remanso – Bahia sob a perspectiva da equidade de gênero pelo método LUME**

*Analysis of the female protagonism in the management of agroecosystems and social organizational actions in Remanso - Bahia from the perspective of gender equity by the LUME method*

MUNIIZ, Márcia Maria Pereira<sup>1</sup>; FREITAS, Helder Ribeiro<sup>2</sup> OLIVEIRA, Victor Maciel do Nascimento<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais - SASOP, [marcia@sasop.org.br](mailto:marcia@sasop.org.br); <sup>2</sup> Universidade Feral do Vale do São Francisco - UNIVASF, [helder.freitas@univasf.edu.br](mailto:helder.freitas@univasf.edu.br); <sup>3</sup> Serviço de Assessoria a Organização Populares Rurais - SASOP, [victor@sasop.org.br](mailto:victor@sasop.org.br).

### **RESUMO EXPANDIDO**

#### **Eixo Temático: Gênero, Feminismos e Diversidades na Construção Agroecológica**

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo analisar a experiência de transição agroecológica protagonizada por uma agricultora familiar do município de Remanso - BA no manejo do agroecossistema da família e seu papel mobilizador e articulador das ações da Rede de Mulher do território Sertão do São Francisco Baiano. O estudo foi realizado junto à agricultora e sua família utilizando-se do método Lume - Análise econômico-ecológica de agroecossistemas, buscando identificar as mudanças ocorridas no atributo Equidade de Gênero/Protagonismo das Mulheres. Ocorreram mudanças que geraram impactos positivos do ponto de vista da sustentabilidade, mas o estudo aponta para alguns desafios. Assim, constata-se o protagonismo da agricultora que integra a Rede de Mulheres ocupando espaços de liderança na articulação e mobilização de programas que impactaram positivamente as condições socioprodutivas de sua família e da comunidade.

**Palavras-chave:** agricultura familiar; agroecologia; feminismo; semiárido; segurança alimentar e nutricional.

### **Introdução**

Historicamente a sociedade brasileira foi estruturada sob relações desiguais de gênero. As mulheres encontram-se numa situação de opressão e subordinação em relação aos homens nos diversos espaços de decisão, isso também se expressa na agricultura familiar, colocando restrição tanto ao processo de autonomia e cidadania das mulheres quanto ao acesso aos recursos produtivos e a sua participação nas instâncias de decisão política. Mesmo com esse contexto, nas últimas décadas, observa-se que há um crescimento na mobilização e organização das mulheres em defesa de seus direitos e na busca pela construção de uma sociedade mais igualitária. Isso se confirma em análise feita por Siliprandi (2015), quando ela afirma que há um aprofundamento das lutas políticas das mulheres rurais, que vão além das reivindicações por maior visibilidade de seu trabalho e melhor atendimento nas



políticas públicas gerais.

Observa-se que tem ampliado o debate sobre as questões de gênero na agricultura familiar, mas ainda hoje os desafios são enormes para garantir a igualdade de gênero, a invisibilidade do trabalho produtivo e reprodutivo se apresentam como barreiras e limitam a participação cidadã das mulheres. Entretanto, mesmo com esses desafios, no Território Sertão do São Francisco, se destaca a auto-organização das mulheres em sua trajetória de luta no enfrentamento das desigualdades de gênero.

No trabalho de assessoria técnica junto aos agricultores e agricultoras familiares também pude perceber que a agroecologia abre perspectiva de construção de novas relações sociais mais igualitárias, se contrapondo a naturalização de subordinação e opressão que as mulheres enfrentam em relação aos homens. Por meio do princípio da equidade a agroecologia lança luz sobre a valorização do trabalho produtivo e reprodutivo. “Agroecologia não cumprirá seu propósito de ser uma referência para o desenvolvimento rural equitativo e sustentável se não se ocupar, na teoria e na prática, do reconhecimento das contribuições das mulheres” (AGUIAR, et al, 2009, p. 48).

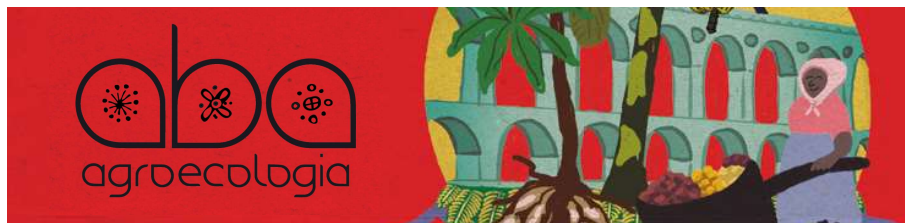
As mulheres desempenham um papel fundamental na melhoria da segurança alimentar e nutricional da família e na promoção da sustentabilidade dos sistemas alimentares, como bem expressa Pacheco.

As mulheres representam, no mundo, cerca da metade dos 2,5 milhões de pequenos agricultores, criadores, habitantes das florestas e pescadores, cujos conhecimentos e trabalho cumprem papel fundamental na sustentabilidade dos diversos sistemas alimentares, particularmente nos países em desenvolvimento. Na América Latina e Caribe, são responsáveis por 45% da produção de alimentos (PACHECO, 2009, p.4).

Embora as mulheres desempenhem um papel fundamental na produção de alimentos e na sustentabilidade dos sistemas alimentares, elas são frequentemente afetadas pela pobreza e pela fome em várias partes do mundo. Segundo a ONU (2021), as “mulheres têm um papel essencial nos sistemas alimentares e no combate à fome. No entanto, elas não têm poder igual ao dos homens, ganham menos e têm mais chances de passarem por situações de insegurança alimentar”.

Para Pimbert (2009), os sistemas alimentares são responsáveis por garantir a base para nutrição, renda, economia e cultura de pessoas de todo mundo, de acordo com o autor “as mulheres constituem a maioria da força de trabalho dos sistemas alimentares locais e contribuem de maneira significativa para a segurança alimentar e a economia local”. (PIMBERT, 2009, p.41).

O presente trabalho tem como objetivo analisar a experiência de transição agroecológica protagonizada por uma agricultora familiar do município de Remanso – BA, no manejo do agroecossistema familiar e seu papel mobilizador e articulador das ações da Rede de Mulher do Território Sertão do São Francisco. Assim, busca-se dar visibilidade ao trabalho realizado pelas mulheres em diferentes esferas da vida econômica familiar, compreendendo o trabalho produtivo, o trabalho doméstico que geralmente é exercido pelas mulheres.



O município de Remanso integra o Território Sertão do São Francisco - TSSF, localizado na região norte da Bahia. A economia deste município está intimamente ligada com as atividades produtivas rurais e do extrativismo, estando as criações de caprinos, ovinos, bovinos, suínos, de abelhas e de peixe como os principais destaques. Parte dessa produção é consumida no próprio município e outra parte é comercializada para fora, nas demais regiões do país.

## **Metodologia**

A pesquisa foi desenvolvida no agroecossistema gerido por Valdeni e Candido, na comunidade Lagoa do Garrote, município de Remanso, Bahia. Para o levantamento dos dados do estudo aplicou o método “Lume: Análise Econômica Ecológica de Agroecossistemas”, desenvolvido pela AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia (PETERSEN et al, 2017). Para a realização do referido estudo a equipe técnica do SASOP realizou visitas a família entre o mês de outubro de 2020 a dezembro de 2020, quando foram utilizadas ferramentas participativas: entrevista semiestruturada junto ao Núcleo Social de Gestão do agroecossistema – NSGA, travessia pelo agroecossistema, construção do mapa da propriedade e da linha do tempo do agroecossistema.

A partir da construção da linha do tempo foi identificado o ano de 1996 como marco para análise da autonomia, a partir do engajamento de dona Valdeni nos diferentes espaços de discussão social e político, que contribuiu para sua participação na Rede de Mulheres de Remanso. Uma iniciativa animada inicialmente por algumas freiras da igreja católica na região, que por sua vez, discutiam novas formas de participação das mulheres nos espaços da casa e na sociedade, motivando a organização da rede em Remanso e em outros municípios do território.

Como bem orienta o método, no processo de análise buscou avaliar qualitativamente diferentes aspectos relacionados ao funcionamento do agroecossistemas, colocado em prática pela família. Foram analisados os seguintes atributos sistêmicos de sustentabilidade: 1) autonomia; 2) responsividade; 3) integração social do núcleo social de gestão do agroecossistema - NSGA; 4) equidade de gênero/protagonismo das mulheres; 5) protagonismo da juventude.

Para fins deste trabalho, far-se-á um recorte analítico dos dados do LUME sobre o atributo equidade de gênero/protagonismo das mulheres. Este, foi avaliado como base em seis parâmetros e critérios: 1- Divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidados (adultos); 2- Divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidados (jovens); 3- Participação nas decisões de gestão do agroecossistema; 4- Participação em espaços sócio organizativos; 5- Apropriação da riqueza gerada no agroecossistema; 6- Acesso a políticas públicas. Equidade entre homens e mulheres no acesso autônomo e/ou no poder de decisão sobre o uso dos recursos redistribuídos por meio das políticas públicas.

## **Resultados e Discussão**



A análise qualitativa do agroecossistema gerido por Dona Valdeni e Seu Cândido baseou-se nas transformações ocorridas a partir de um dos pontos de inflexão verificados na trajetória de vida da família, que foi a sua inserção no grupo da Rede Mulher de Remanso, no ano de 1996.

Ao se fazer uma análise da trajetória entre o ano de 1996 e 2020, verifica-se uma evolução no índice de Equidade de gênero/Protagonismo das mulheres. Este teve aumento na sua comparação entre os anos de 1996 e 2020, passando de 0,40 para 0,75. Como pode ser observado na figura 1.

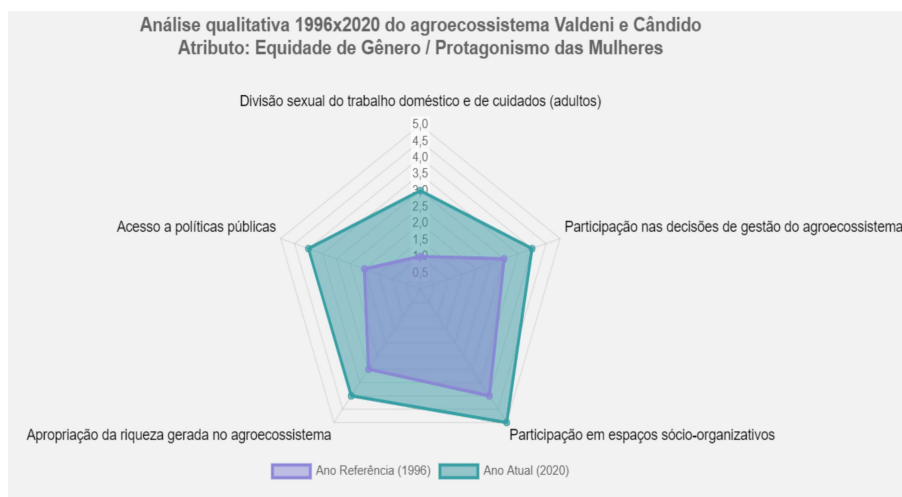
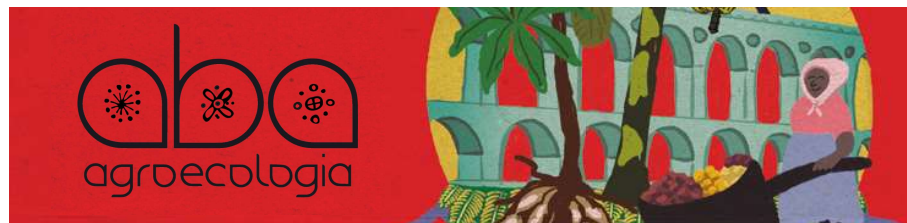


Figura 1. Análise qualitativa do atributo Equidade de gênero/Protagonismo das mulheres.

O acesso às políticas públicas no início da década de 2000 contribuíram para promover as inovações sociotécnicas no agroecossistema da família. Naquele ano foram iniciados processos mais intensos de transformações socioproductivas, tanto pelo envolvimento de Valdeni no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, como pela atuação na associação comunitária, que passou a ter projeto de assessoria técnica. Isso também se deu pelas mudanças que ocorreram no país a partir da constituição de 1988.

Segundo Grisa e Schneider (2015), historicamente a agricultura familiar sempre esteve às margens das ações do Estado brasileiro. A constituição de 1988 possibilitou a criação de novos espaços de participação social e reconheceu direitos. A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf) em 1995 também desencadeou a emergência de outras políticas de desenvolvimento rural, como a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999, e da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). Em 2006, foi regulamentada a Lei da Agricultura Familiar que reconheceu a categoria social que definiu a estrutura conceitual e passou a orientar as políticas públicas para este segmento.



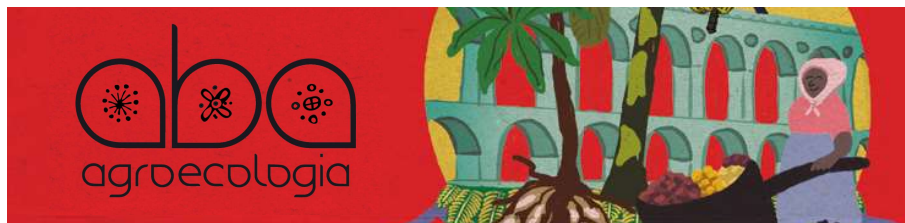
Dona Valdeni sempre esteve à frente das decisões do agroecossistema familiar, ela é um exemplo que inspira outras mulheres por sua trajetória de superação de barreiras e desafios em um contexto dominado pelo patriarcado e machismo. Sua determinação e coragem levaram a buscar filiação no sindicato dos trabalhadores rurais e no partido político, reconhecendo que esses espaços poderiam ser meios para alcançar direitos negados às mulheres. Ao se envolver nas ações da Diocese de Juazeiro, como animadora de comunidades de base (CEBs) e na Rede de Mulheres de Remanso, ela fortaleceu sua militância social por direitos e conquistas. Esse engajamento coletivo permitiu que ela se empoderasse ainda mais como mulher, capacitando-se para promover mudanças em sua comunidade.

Ela se tornou a primeira presidenta da associação comunitária de Lagoa do Garrote, logo na sua fundação. A partir dessa posição de liderança, ela impulsionou a implementação de políticas públicas na comunidade. Projetos de assessoria técnica, infraestruturas produtivas, como eletrificação rural, construção da sede da associação, aquisição de equipamentos de informática e acesso à internet, foram conquistados por meio do esforço coletivo liderado por Valdeni.

Um exemplo notável de conquista foi a garantia da área de fundo de pasto da associação por meio do cadastramento ambiental rural coletivo, promovido pelo Estado da Bahia (CEFIR Coletivo). Essa política pública permitiu maior segurança e proteção da área coletiva de uso comum para a comunidade.

O Estudo demonstrou que a agricultora está presente em diversos subsistemas, além do trabalho doméstico e de sua participação em outras atividades fora do agroecossistema. Como demonstra a figura 1 a agricultora tem se apropriado da riqueza gerada no agroecossistema, ela é responsável pela comercialização de parte dos alimentos produzidos e beneficiados no agroecossistema, como queijo, manteiga, ovos, frutas e hortaliças. Todas essas ações justificam o aumento do índice de equidade de gênero e do seu protagonismo, apesar de ainda haver uma sobrecarga com relação ao trabalho doméstico e de cuidados, como demonstra a figura 1.

Essa lógica corrobora com a análise de Petersen et al (2022), conjugando duas dimensões analíticas - a opressão contra as mulheres e o papel do trabalho feminino na agricultura familiar - o Método Lume torna visíveis práticas de opressão que muitas vezes são ignoradas em análises convencionais da economia agrícola. Além disso, ele evidencia o papel essencial do trabalho das mulheres na gestão e funcionamento do agroecossistema. Assim os autores chamam atenção para a necessidade de repensar ações e práticas culturalmente estabelecidas e que frequentemente são perpetuadas pelas ações do Estado que “relegam as atividades domésticas e de cuidados à categoria do não trabalho e reduzem o trabalho das mulheres nas esferas de produção mercantil à categoria de ajuda” (PETERSEN et al, 2017, p. 151).



## Conclusões

Os resultados do estudo demonstram que a transição agroecológica foi potencializada pelo acesso a políticas públicas que contribuíram de forma significativa para melhorar as condições de vida das famílias que vivem na região semiárida. Destaca-se nessa ação a inserção em espaços sócio organizativo como Rede de mulheres, sindicatos dos trabalhadores rurais e da igreja católica. As ações articuladas pela igreja foram fundamentais para despertar o protagonismo da liderança feminina que passou a exercer um papel de articuladora em busca de programas e ações para sua família e comunidade. A participação social na Rede de Mulheres de Remanso tem trazido benefícios significativos em termos de empoderamento feminino, autonomia financeira e melhor gestão do tempo e do trabalho.

## Referências bibliográficas

AGUIAR, M.V. et, al. **Mulheres no Congresso Brasileiro de Agroecologia**. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, v.6, n.4. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

GRISA, C. e SCHNEIDER S. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil**. In: GRISA, C. e SCHNEIDER, S. (organizadores). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 19-50.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Mulheres rurais tem papel central na alimentação mundial**. Brasil, (15/10/2021) Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/151824-mulheres-rurais-t%C3%A7%C3%A3o-mundial>. Acesso, 20/08/2023.

PACHECO, M. E. L. **Os caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas mulheres**. Revista Agriculturas: Mulheres e soberania alimentar. Rio de Janeiro, v.6. n. 4, p. 4-8, 2009.

PETERSEN, et al. **Método de análise econômico ecológica de agroecossistemas**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2017. 246p

PETERSEN, et al. **Luzes no Sertão: Trajetórias de Emancipação Social na Agricultura Familiar do Semiárido da Bahia - Efeitos do Projeto Pró-Semiárido segundo o método Lume**. Edição 03. Ano 03. março/2022

PIMBERT, M. **Mulheres e soberania alimentar**. Revista Agriculturas: Mulheres e soberania alimentar. Rio de Janeiro, v.6. n. 4, p. 41-45, 2009.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas** – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015. 352 p.